

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	11
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	12
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	13
10.8 - Plano de Negócios	14
10.9 - Outros fatores com influência relevante	15



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5. Riscos de mercado

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Segue abaixo os principais riscos de mercado aos quais a ELETROPAR está exposta:

I - Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II - Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras das Companhias são representadas pelo investimento em fundo extra mercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III - Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

Considerando a aplicação financeira mantida no fundo extra mercado mantida no Banco Brasil cuja meta de rentabilidade é a taxa média da SELIC e que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentou receita financeira de R\$ 4.221.

Análise de sensibilidade

	Cenário base 6,62%	Cenário Provável 7,00%	Cenário Remoto 5,00%	Cenário Possível 8,00%
Rendimento das Aplicações Financeiras	4.221	4.464	3.188	5.102



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5. Riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

b. estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)

Não houve.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (**hedge**)

Não houve.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não aplicável.

e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos

Não houve.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não há.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Riscos de mercado

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não aplicável.



5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5. Riscos de mercado

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pelo seu baixo endividamento e alta liquidez e rentabilidade, como se identifica a seguir:

	2013	2012	2011
Liquidez Geral	5,59	3,22	1,92
Liquidez Corrente	30,59	16,56	12,59
Endividamento total sobre Ativo	6,90%	11,57%	16,77%
Retorno do Patrimônio Líquido	2,37%	8,25%	11,71%
Margem Líquida	112,98%	96,70%	116,9%

No exercício findo em 2013, identifica-se que 96,2% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

	2013	2012	2011
Capital de Terceiros	7,03%	11,85%	16,93%
Capital Próprio	92,97%	88,15%	83,07%

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

i. hipóteses de resgate

Não aplicável.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de endividamento da Companhia é de apenas 0,069 e seu saldo de Caixa e equivalentes monta em R\$ 54 milhões em 31 de dezembro de 2013.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e das participações societárias mantidas em outras companhias.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2013, observa-se a redução de 15,0% da rubrica caixa e equivalente de caixa em virtude, principalmente na queda na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio pelas empresas investidas da Companhia.

Em relação à rubrica depósitos judiciais (não circulante), é possível verificar a ocorrência de uma redução na ordem de 97,2%. Tal queda é explicada pela reversão da provisão no valor de R\$ 1.713, devido ao pagamento à vista do débito objeto do Processo Administrativo por meio da conversão em renda do depósito administrativo existente junto à Fazenda.

No que se refere à rubrica de investimentos, nota-se que houve uma redução de 18,2%, ocasionada pela queda no valor de mercado dos investimentos mantidos pela Companhia, sobretudo na investida Eletropaulo, cujo valor de mercado em 31.12.2013 montava em R\$ 19 milhões e em 31.12.2012 apresentava saldo de R\$ 35 milhões.

A respeito da rubrica intangível, registra-se um crescimento da ordem 63,0% que decorre da aquisição de software de gestão contábil e fiscal.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

O resultado da ELETROPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETROPAR apresentou no exercício de 2013, lucro líquido no valor de R\$3.363, inferior em 74,8% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa atingiu o valor de R\$ 13.335.

As Receitas Totais de 2013, no montante de R\$ 7.197, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 63,90% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2012, estas no montante de R\$ 19.940.

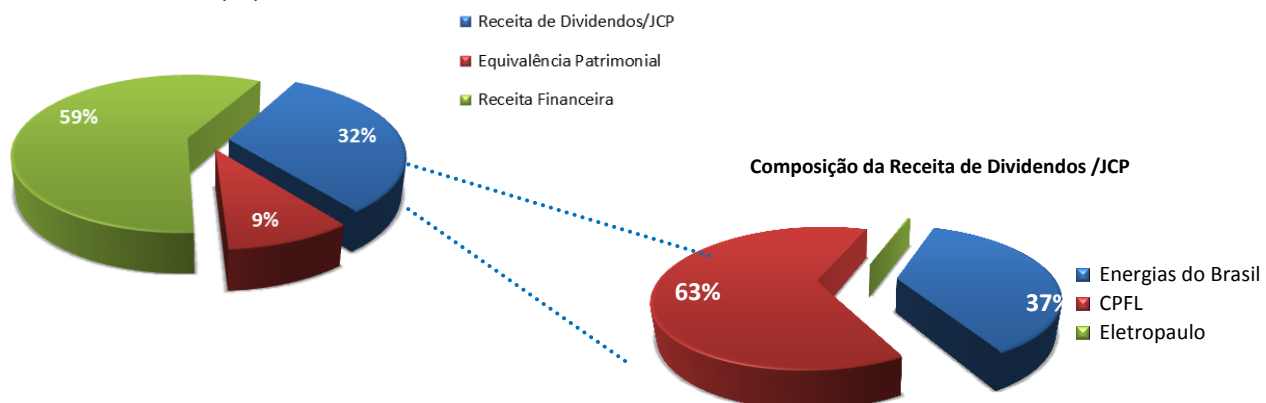
A redução na Receita Total se explica em decorrência da queda na receita de equivalência, principalmente, referente ao ajuste realizado na equivalência da coligada EMAE, redução na receita de Dividendos/JCP das outras empresas investidas e redução na receita financeira. (vide gráfico 2)

O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial (das investidas CTEEP e EMAE) e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energias e CFPL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a composição das receitas no exercício social de 2013:

Gráfico 1: Composição da Receita Total

Composição da Receita Total
Acumulado em 31/12/2013



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Gráfico 2: Comparativo 2013 versus 2012 - Receitas Totais

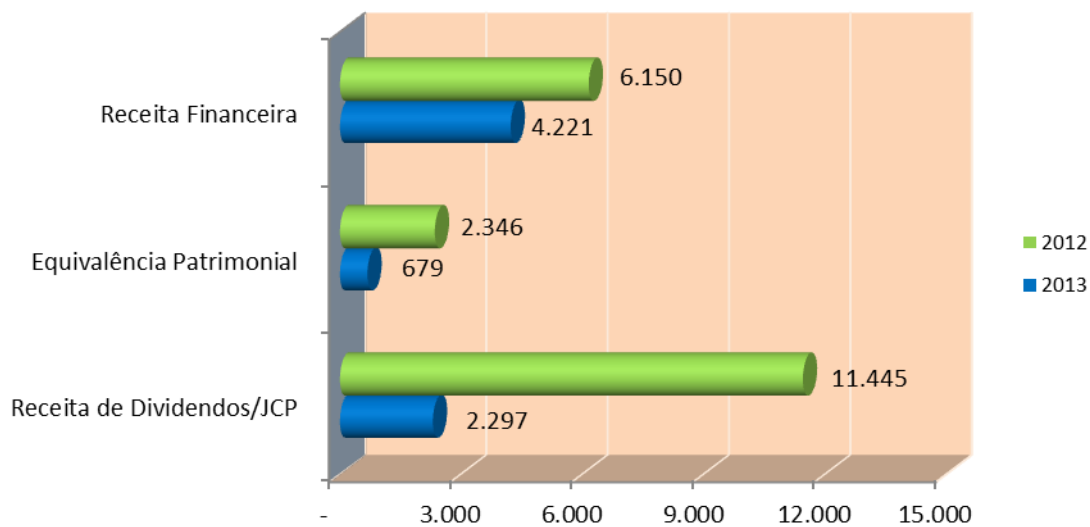
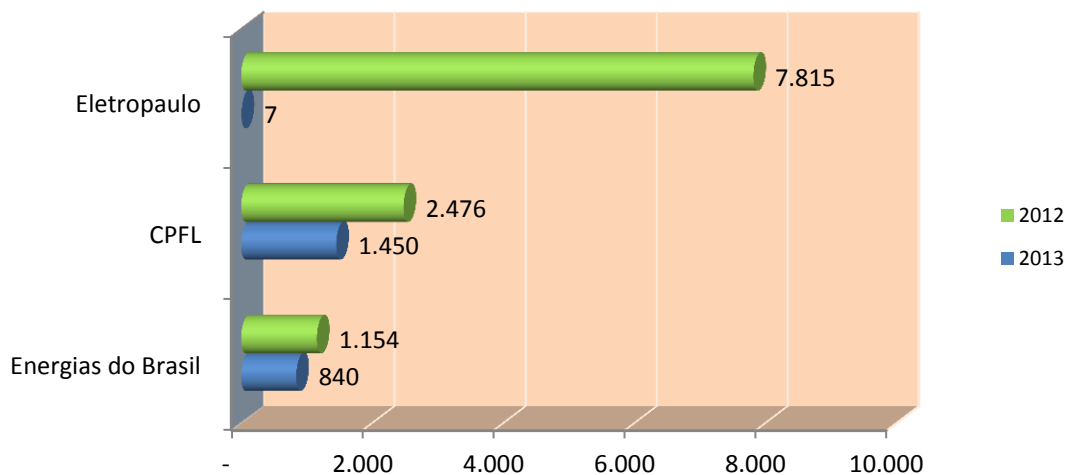


Gráfico 3: Comparativo 2013 versus 2012 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2013, no montante de R\$ 3.416, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou redução de 33,28% quando comparado ao apurado no exercício de 2012, cujo valor foi de R\$ 5.120. Tal efeito pode ser explicado pela queda no volume de aplicações (devido à queda no recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de nossas investidas).

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançou o montante de R\$ 3.020, em 2013, observa-se uma redução na ordem de 40,46%, em relação ao exercício de 2012, quando seu valor foi de R\$ 5.073. Importante ressaltar que no ano de 2013, foi reconhecido o montante líquido de R\$ 1.712, referente à reversão de provisões. Assim, caso tal reversão não tivesse sido realizada as despesas operacionais em 2013 totalizariam R\$ 4.733. Ou seja, a comparação do montante de despesas operacionais do exercício de 2013 com o de 2012 (ajustado sem o efeito da reversão líquida) mostraria uma redução na ordem de 6,70%.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

- c. eventos ou operações não usuais

Vide itens 10.1, letra "h" e 10.4, letra "a".



10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em relação àquelas aplicadas no exercício anterior

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No relatório dos auditores independentes, opinião sem ressalva, sobre as demonstrações financeiras da Eletropar referentes ao exercício de 2013, consta a seguinte ênfase:

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 9, a investida CTEEP possui o ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 (feito na Eletropar - R\$ 9.766 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Em relação à ênfase apresentada por nossos auditores independentes, a Administração da Eletropar entende que não há necessidade de se realizar o reconhecimento de qualquer redução no valor do investimento em relação aos ativos de transmissão mantidos pela investida CTEEP. Entendemos que a divulgação em nota explicativa (vide nota explicativa às Demonstrações Financeiras, nº 9) da situação apresentada na ênfase de nossos auditores é suficiente para o adequado entendimento das Demonstrações Financeiras da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.



10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013. Com base nesta avaliação, a Administração entende que, em 31 de dezembro de 2013, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis são eficazes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes PricewaterhouseCoopers não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Comentários/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve.

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
Não há.
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
Não há.
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não há.
 - iv. contratos de construção não terminada
Não há.
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não há.
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não há.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.